



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

1 de 16

RESPONSÁVEL

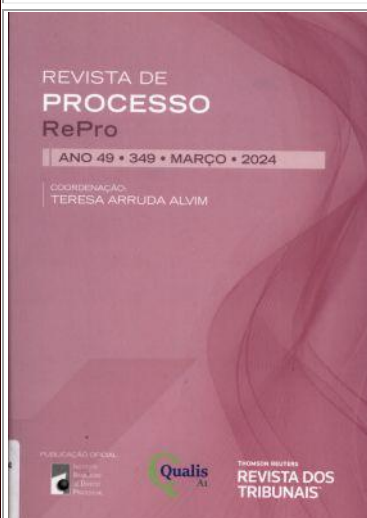
Iris Helena

## SUMÁRIO

### - LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

### III- PERIÓDICO



Revista de Processo



Revista de Direito do Consumidor



Revista Fórum de Direito Tributário



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
2 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## LEGISLAÇÃO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### Presidência da República

[Decreto n. 12.031, de 28 de maio de 2024](#)

Regulamenta a [Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974](#), e a [Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022](#), para dispor sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.  
DOU - Seção 1, p. 7-15, 29/05/2024

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### Congresso Nacional

[Lei n. 14.860, de 27 de maio de 2024](#)

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.  
DOU - Seção 1, p. 2, 28/05/2024



## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
3 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

#### [Lei n. 14.861, de 27 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar que sejam disponibilizadas na internet as informações constantes do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) e do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) aos motoristas habilitados e aos proprietários de veículo, respectivamente.

DOU - Seção 1, p. 2, 28/05/2024

#### [Lei n. 14.862, de 27 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos que especifica; e revoga a [Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003](#).

DOU - Seção 1, p. 2, 28/05/2024

#### [Lei n. 14.863, de 27 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.

DOU - Seção 1, p. 2, 28/05/2024

#### [Lei n. 14.873, de 28 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), para limitar a compensação tributária dos créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

DOU - Seção 1, p. 3, 29/05/2024

#### [Lei n. 14.874, de 28 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

DOU - Seção 1, p. 3-7, 29/05/2024

## ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

### Conselho da Justiça Federal

#### Presidência

##### [Portaria n. 291, de 27 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2024, nos termos do § 2º do art. 55 da [Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000](#).

DOU - Seção 1, p. 194-195, 28/05/2024

##### [Resolução n. 888, de 27 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 211, 29/05/2024

##### [Resolução n. 889, de 27 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 211-212, 29/05/2024

##### [Resolução n. 890, de 27 de maio de 2024](#)


Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 213-214, 29/05/2024

##### [Resolução n. 892, de 27 de maio de 2024](#)

Altera a [Resolução CJF n. 51, de 31 de março de 2009](#), publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2009, que dispõe sobre a convocação de Juízas federais e Juizes Federais para o exercício da jurisdição no segundo grau ou para auxílio aos seus serviços, para adequá-la às normas previstas pela [Resolução CNJ n. 502/2023](#).

DOU - Seção 1, p. 170, 03/06/2024

 JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária de Goiás	<b>ALERTA SEBIB</b>	NÚMERO 14/2024
	<b>SEÇÃO DE BIBLIOTECA</b>	PÁGINA Nº 5 de 16
		RESPONSÁVEL Iris Helena

[Resolução n. 893, de 27 de maio de 2024](#)

Altera dispositivos da [Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008](#), publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2008, que dispõem sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

DOU - Seção 1, p. 170-171, 03/06/2024

[Resolução n. 894, de 28 de maio de 2024](#)

Altera a [Resolução CJF n. 822, de 20 de março de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2023, que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

DOU - Seção 1, p. 171, 03/06/2024

Secretaria-Geral

[Portaria n. 303, de 3 de junho de 2024](#)

Aprova o Glossário de Indicadores e Metas Estratégicas do Conselho da Justiça Federal – 2024.

Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 03/06/2024

**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Presidência

[Resolução n.41, de 27 maio de 2024](#)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela [Lei Complementar 101, de 04/05/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DOU - Seção 1, p. 217-218, 29/05/2024

[Portaria n.610, de 27 de maio de 2024](#)

Institui o Protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 28 de maio de 2024



## ALERTA SEBIB

NÚMERO  
14/2024

## SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
6 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### [Resolução n. 45, de 03 de junho de 2024](#)

Altera a Resolução Presi 9, de 6 de março de 2024, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 03 de junho de 2024

### [Resolução n. 42, de 03 de junho de 2024](#)

Institui e disciplina o regime de mutirão de julgamentos à distância para atuação de magistrados do 1º grau nos feitos em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Projeto Meta 2), para o fim de cumprimento de meta estratégica fixada pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2024.

BDTRF1, 03 de junho de 2024

### Corregedoria Regional

### [Circular n. 9, de 27 de maio de 2024](#)

Ref.: Obrigatoriedade de consulta semanal ao Microsoft Teams e ao Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).

BDTRF1, 27 de maio de 2024



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

7 de 16

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## III – PERIÓDICOS

### REVISTA DE PROCESSO Nº 349 – MAR./2024

#### TEORIA GERAL DO PROCESSO

Cooperação judiciária nacional: auxílio direto e a subsidiariedade da carta precatória para os atos de citação e intimação

*National Judiciary Cooperation: direct assistance and the subsidiarity of the letter of request for summons and subpoenas*

FERNANDA TEREZA MELO BEZERRA..... 21

Um estudo sobre o instituto da gratuidade da justiça no Código de Processo Civil de 2015

*A study on civil legal aid in the Brazilian Civil Procedure Code of 2015*

FLÁVIA PEREIRA HILL, TRÍCIA NAVARRO XAVIER CABRAL e CATHERINE CRISTINA DE FIGUEIREDO DIAS..... 37

Atuação e intervenção de terceiros por interesse econômico: o prejuízo jurídico não é o único apto a viabilizar a atuação perante o Judiciário

*Third-party intervention based on economic harm: legal harm is not the sole factor enabling participation in lawsuits*

SOFIA TEMER..... 63

#### PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

Prova da autenticidade de obras de arte

*Proof of the authenticity of works of art*

CAROLINA UZEDA ..... 101



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
8 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

#### TUTELA PROVISÓRIA

Antecipação da tutela no saneamento do processo: *nudges* e análise econômica do direito

*Preliminary injunction and pre-trial procedure: nudges and economic analysis of law*

ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI ..... 131

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Breves apontamentos sobre a demonstração da divergência nos embargos de divergência

*Brief notes on the demonstration of divergence in the "divergence appeals"*

MARIA LÚCIA LINS CONCEIÇÃO ..... 151

#### TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Uma visão panorâmica das ações coletivas no ordenamento jurídico brasileiro

*A panoramic view of class actions in Brazil*

PATRICIA MIRANDA PIZZOL ..... 181

Tutela coletiva dos Direitos do Consumidor

*Class actions to Protect Consumers*

PAULA SARNO BRAGA ..... 219

#### TUTELA DIFERENCIADA

Ação cível *ex delicto* para liquidação da sentença penal condenatória em crimes de violência doméstica e a incidência do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero – Resolução 492/2023 do CNJ

*Ex-delictio civil action to liquidate the criminal sentence in crimes of domestic violence and the incidence of the Protocol for Trial with a Gender Perspective – CNJ Resolution 492/2023*

ANA LUIZA NERY ..... 241

Entre conflitos e consensos: as disputas por definição de divisas interestaduais à luz da processualística civil brasileira

*Between conflicts and consensus: disputes over the definition of interstate territorial boundaries in the light of Brazilian Civil Procedure*

LORENA MIRANDA SANTOS BARREIROS ..... 275





JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

9 de 16

RESPONSÁVEL

Iris Helena

#### DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Incidente de Assunção de Competência: procedimento hábil para a formação de precedentes supervinculantes?

*Assumption of Competence Incident: can it be a suitable procedure for the formation of highly binding precedents?*

DANIELA PERETTI D'ÁVILA ..... 307

Processos estruturais, modulação e o Tema 698 do Supremo Tribunal Federal

*Structural injunctions, modulation and Theme 698 of Federal Court of Justice*

GISELE SANTOS FERNANDES GÓES ..... 323

Quórum de maioria qualificada para a revogação de precedente nas Supremas Cortes: uma defesa

*Qualified majority rule in the overruling Supreme Courts precedent: a defense*

PAULA PESSOA PEREIRA ..... 343

#### PROCESSO CONSTITUCIONAL

Os processos estruturais no Supremo Tribunal Federal: repensando o processo constitucional e sua intervenção em políticas públicas

*Structural Litigation in the Brazilian Supreme Court: rebuilding the constitutional jurisdiction and the judicial intervention in public policies*

PATRICIA PERRONE CAMPOS MELLO ..... 365

#### DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Do passo à ponte: o início da história da comparação no Processo Civil

*From the steps to the bridge: the beginning of comparative civil procedure*

VICTÓRIA PASQUALOTTO ..... 395

#### MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Execução arbitral sob perspectiva da Análise Econômica dos Métodos de Solução de Conflitos

*Arbitral enforcement from the perspective of the Law and Economics of Conflict Resolution Methods*

CLARISSA FRECHIANI LARA LEITE ..... 419



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
10 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Execução de títulos executivos extrajudiciais com cláusula compromissória: os limites da cognição de árbitros e juízes em relação à defesa do executado

*Enforcement of extrajudicial enforceable titles with arbitration clause: the boundaries of the cognition of arbitrators and judges concerning the debtor's defense*

FERNANDA MEDINA PANTOJA..... 457

#### PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Filtro de relevância: mais um passo para a transformação do Superior Tribunal de Justiça em Corte de Precedentes

*The relevance filter: another step towards transforming Brazilian Superior Court of Justice into a Court of Precedents*

ASSUSETE MAGALHÃES e GRACE ANNY DE SOUZA MONTEIRO..... 485

Superendividamento de mulheres idosas: a necessidade de cooperação para evitar a ruína e de uma revisão-sanção prévia para combater a exclusão social

*Overindebtedness of elderly women: the need for cooperation to escape bankruptcy and for a revision of contracts as a sanction and to combat social exclusion*

CLAUDIA LIMA MARQUES..... 509

Aspectos processuais da ação de inventário no CPC/2015: uma breve retrospectiva sob a ótica do Superior Tribunal de Justiça

*Procedural aspects of the inventory action in CPC/2015: a brief retrospective from the perspective of the Superior Court of Justice*

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI..... 539

Saisine pour avis, renvoi préjudiciel et autres mécanismes permettant à la Haute juridiction civile d'apporter une réponse diligente à des questions juridiques de principe – Comparaison franco-allemande

*"Saisine pour avis", pedido de decisão prejudicial e outros mecanismos que permitem ao Tribunal Superior Civil dar uma resposta rápida às questões jurídicas relevantes – comparação franco-alemã*

FRÉDÉRIQUE FERRAND ..... 555

Do direito à apuração de haveres pelo herdeiro de cônjuge de sócio

*The heirs of a partner's spouse right to the determination of assets*

JUDITH MARTINS-COSTA..... 605



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
11 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

O Incidente de Assunção de Competência no sistema de formação de precedentes do Código de Processo Civil: evolução e perspectivas <i>The incident of Assumption of Competence in the system of judicial precedents of the Brazilian Civil Procedure Code: evolution and perspectives</i> MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES.....	625
A diretiva europeia sobre as ações coletivas: um texto nem tanto ao céu, nem tanto à terra <i>The European Directive on collective actions: everything in moderation, moderation in everything</i> MARIA JOSÉ AZAR-BAUD.....	647
A justiça consultiva e o aprofundamento do diálogo entre os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo <i>Advisory justice and the further deepening of the dialogue between arbitration courts and the Supreme Administrative Court</i> PAULA COSTA E SILVA.....	667
Il costo della giustizia consensuale <i>O custo da justiça consensual</i> SILVANA DALLA BONTÀ.....	687
Les conventions relatives au proces – retour sur la notion de consentement <i>Acordos relativos ao processo – um olhar sobre o conceito de consentimento</i> SORAYA AMRANI MEKKI.....	709
O tratamento das novas faces da litigiosidade: das espécies anômalas à litigância predatória <i>The treatment of new faces of litigiousness: from abnormal species to predatory litigation</i> TAÍS SCHILLING FERRAZ.....	727
Argumentos consequentialistas nas decisões judiciais – Possibilidades, limites e riscos <i>Consequentialist arguments in judicial decisions – Possibilities, limits and risks</i> TERESA ARRUDA ALVIM.....	759
Breves notas sobre as questões prévias e a coisa julgada material <i>Some note on res judicata and the necessary steps to reach the decisum</i> THEREZA ALVIM.....	785



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

12 de 16

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR Nº 151 – JAN.-FEV./2024

### CONSUMO DIGITAL

Inclusão digital e grupos vulneráveis

*Digital inclusion and vulnerable groups*

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI e ALEXANDRE FREIRE ..... 15

O consumo na economia do compartilhamento e o enfraquecimento da ideia de propriedade: notas sobre acesso e bens comuns

*Consumption in the sharing economy and the weakening of the concept of ownership: notes on access and common goods*

RAFAEL DE FREITAS VALLE DRESCH e LÍLIAN BRANDT STEIN..... 27

Prácticas abusivas en el comercio electrónico, nuevas modalidades y análisis en el derecho comparado. Normativa de Estados Unidos y la Unión Europea

*Práticas abusivas no comércio eletrônico, novas modalidades e análise do direito comparado: Normas dos Estados Unidos e da União Europeia*

LUCAS HERNAN LUCERO..... 45

### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Considerações sobre a inclusão da defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988 – uma análise à luz da dignidade da pessoa humana

*Considerations on the inclusion of consumer defense in the 1988 Federal Constitution – an analysis in the light of the dignity of the human person*

ANA CAROLINA SEBBA DE PÁDUA FREITAS DONADI e LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA ..... 69



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
13 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Las bases fundamentales del derecho del consumidor (a 30 años de la ley argentina) <i>The fundamental bases of consumer law (30 years after the Argentine law)</i> GABRIEL STIGLITZ .....	91
O princípio fundamental da defesa do consumidor como princípio impositivo da ordem econômica: a efetividade do desenvolvimento nacional pela via do consumo sustentável <i>The fundamental principle of consumer defense as an impositive principle of the economic order: the effectiveness of national development through sustainable consumption</i> MARIA LÚCIA ANSELMO DE FREITAS RÊGO e MARIANA RIBEIRO SANTIAGO.....	101
<b>PUBLICIDADE E DIREITO DE ARREPENDIMENTO</b>	
Publicidade abusiva e inversão do ônus da prova <i>Abusive advertising and reversal of the burden of proof</i> LEONARDO TOZARINI MELLO e MARCELO GOMES SODRÉ.....	125
O direito de arrependimento nos contratos de consumo <i>The right of withdrawal in consumer contracts</i> FELIPE PROBST WERNER e GABRIELA CAMPOS DOS REIS .....	147
A publicidade como produto e produtora das relações de colonialidade <i>Advertising as a product and producer of colonial relations</i> RENATA CASTRO e TATIANA CARDOSO SQUEFF .....	171
<b>AGÊNCIAS REGULADORAS E PROCESSO CIVIL</b>	
Regulação econômica e proteção do consumidor à luz da Lei Geral das Agências Reguladoras (Lei 13.848/2019) <i>Economic regulation and consumer protection in light of the General Law of Regulatory Agencies (Law 13,848/2019)</i> ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER .....	193
* Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos individuais nas relações de consumo <i>Alternative methods for resolving individual conflicts in consumer relationships</i> LÚCIA SOUZA D'AQUINO, LÚCIO PICANÇO FACCI e LUIZ SÉRGIO DE SOUZA SILVA JUNIOR .....	221



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

14 de 16

RESPONSÁVEL

Iris Helena

#### NOVOS TEMAS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

The future of cash or the present of the money: innovations on the Brazilian legal system

*O futuro do dinheiro ou o presente do dinheiro: inovações no sistema jurídico brasileiro*

LEANDRO SARAI, FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO e TAIS MALLMANN RAMOS.... 247

Relações de consumo e NFTs: uma análise da produção científica nacional a partir do Google Acadêmico

*Consumer relations and NFTs: an analysis of national scientific production through Google Scholar*

VINICIUS DE NEGREIROS CALADO ..... 279

A Lei 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte) e a proteção dos destinatários finais: inadmissíveis involuções diante da revogação do Estatuto do Torcedor e a incidência do microsistema consumerista para a tutela dos vulneráveis

*Law 14,597/2023 (General Sports Law) and the protection of final recipients: inadmissible involutions in the face of the repeal of the Fan Statute and the incidence of the consumerist microsystem for the protection of the vulnerable*

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA..... 301

#### NOTAS E LEGISLAÇÃO

Nota técnica do Brasilcon sobre o marco legal das garantias

FERNANDO RODRIGUES MARTINS ..... 329

Desenrola Brasil: comentários ao programa do governo federal – MP 1.176/2023 convertida em Lei 14.690/2023

CLAUDIA LIMA MARQUES, LAIS BERGSTEIN e MARINA WATANABE VERZEMIASI.... 333

Comentário sobre a Lei de Segurança On-line do Reino Unido (*Online Safety Act 2023*)

BEATRIZ KIRA e LAURA SCHERTEL MENDES..... 339



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
14/2024

PÁGINA Nº  
15 de 16

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 127 – JAN.-FEV./2024

### DOCTRINA

#### ARTIGOS

Transação tributária pelas lentes das teorias regulatórias

Análise da teoria da escolha pública e da teoria processual administrativa

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto</b> .....	9
1 Introdução.....	9
2 Tomada de decisão regulatória segundo a teoria da escolha pública.....	10
3 Teoria processual administrativa: procedimento, neutralidade do processo e ambiente jurídico-institucional administrativo .....	13
4 Conclusão.....	19
Referências.....	20

A Lei nº 14.754/2023 e o objetivo de combater o diferimento da tributação da renda proveniente de investimentos detidos no exterior por pessoas físicas

<b>Ramon Tomazela</b> .....	23
1 Introdução .....	23
2 O regime das aplicações financeiras no exterior.....	24
3 Entidades controladas no exterior .....	27
4 A inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 14.754/2023 .....	31
5 O problema do uso isolado do critério da renda passiva .....	35
6 O lucro a ser tributado .....	41
7 O regime de transparência completa .....	46
8 A variação cambial dos investimentos .....	48
9 Conclusões .....	49

Da lei à decisão: a segurança jurídica tributária possível na pós-modernidade

<b>Sergio André Rocha</b> .....	51
1 Legalidade estrita, tipicidade cerrada e a deificação da lei no direito tributário brasileiro....	51
2 A contribuição de Sunstein e Vermeule e a leitura da teoria tributária brasileira clássica: formalismo e desconfiança institucional .....	59
3 A distinção entre texto e norma .....	62
4 A interpretação como uma atividade criativa .....	63
5 A natural e inevitável indeterminação da linguagem .....	65
6 Críticos da visão tradicional .....	70
7 Formalismo seletivo.....	74
8 Conclusão: do texto legal à decisão .....	77



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

14/2024

PÁGINA Nº

16 de 16

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Imposto de renda e ganhos de capital auferidos por não residentes:  
progressividade, universalidade e generalidade

<b>Guilherme Galdino</b> .....	79
1 Introdução.....	79
2 Da tributação do não residente com enfoque nos ganhos de capital: um panorama .....	80
2.1 Da tributação do não residente quanto ao nível de presença no Brasil .....	81
2.2 Da tributação do não residente quanto ao tipo de investimento realizado no Brasil .....	82
2.3 Da tributação do não residente quanto à tributação na sua residência ou domicílio.....	84
3 Da progressividade na tributação dos ganhos de capital do não residente.....	85
3.1 Da progressividade como critério informador do Imposto de Renda: breves considerações .....	85
3.2 Da (ausência de) progressividade na tributação dos ganhos de capital do não residente ...	86
4 Da universalidade na tributação dos ganhos de capital do não residente .....	88
4.1 Da universalidade como critério informador do Imposto de Renda: breves considerações ....	88
4.2 Da (ausência de) universalidade na tributação dos ganhos de capital do não residente ....	90
5 Da generalidade na tributação dos ganhos de capital do não residente.....	92
5.1 Da generalidade como critério informador do Imposto de Renda: breves considerações ...	92
5.2 Da (ausência de) generalidade na tributação dos ganhos de capital do não residente ....	93
6 Conclusão.....	95
Referências.....	95

Conceito de serviços para o ISS: as recorrentes e incansáveis discussões  
quanto às dicotomias entre obrigações de dar e de fazer e entre bens  
materiais e imateriais, e a locação de bens móveis

<b>Anselmo Zilet Abreu</b> .....	101
1 Introdução.....	101
2 Conceito de serviço para o ISS: obrigação de fazer x conceito econômico.....	103
2.1 Serviço como obrigação de fazer.....	105
2.2 Conceito econômico de serviço: serviço como bem imaterial ou como o residual da circulação de bens.....	110
3 Serviços de qualquer natureza para o ISS.....	120
Referências.....	125

Benefício fiscal: limites normativos para sua concessão em produtos  
fabricados com matéria-prima reciclada

<b>Adriano Vidigal Martins</b> .....	129
Introdução .....	129
1 Estrutura de proteção ambiental delineada na Constituição Federal de 1988 .....	130
2 Dimensão geográfica da crise ecológica e índice de reciclagem no Brasil .....	133
3 Aspecto extrafiscal do imposto e estímulo ao uso de matéria-prima reciclada.....	135
4 Limites jurídicos para a concessão de incentivos fiscais aos produtos reciclados .....	139
5 Considerações finais.....	142
Referências.....	143